

ISABELLE NERI

DANIEL PEREIRA DA SILVA

## A ECONOMIA POLÍTICA DO CORPO DAS MULHERES AMAZÔNICAS

Recebido em 15/05/2025

Aprovado em 31/07/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1278

# A ECONOMIA POLÍTICA DO CORPO DAS MULHERES AMAZÔNICAS

## Resumo

Este artigo investiga a integração histórica da prostituição feminina à economia amazônica entre 1850 e 1929, fase em que a região transita de um modelo de extrativismo colonial para a inserção subordinada no mercado interno brasileiro, marcada pelo ciclo da borracha e pela *belle époque* manauara. Partindo do conceito de corpo-território, analisamos como a articulação entre espaço e corpo organiza hierarquias racializadas e generificadas, definindo estratégias de sobrevivência e mecanismos de poder. A pesquisa apoia-se em revisão crítica de literatura e fontes históricas, dialogando com geografia crítica, economia política e feminismos decoloniais. Mostramos que a exploração de recursos naturais não só determinou a demografia regional, mas também fez da prostituição um componente orgânico dos modos locais de acumulação. Longe de ser marginal, essa atividade tornou-se via central de renda para corpos feminizados excluídos dos setores formais, revelando uma hierarquia racial que colocava mulheres brancas — especialmente estrangeiras — nas camadas superiores, tanto do mercado formal quanto do mercado sexual informal, enquanto mulheres não brancas, amazônicas ou migrantes, ocupavam posições mais vulneráveis, funcionando como espaço simultâneo de precarização e agência.

**Palavras-chave:** prostituição; corpo-território; Amazônia brasileira; economia informal; Gênero e raça

## ISABELLE NERI

Graduada em Relações Internacionais na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap).

Email: [bellelmondes@gmail.com](mailto:bellelmondes@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-2135-8339>

## DANIEL PEREIRA DA SILVA

Professor da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap); pós-doutorando no Instituto de Economia da Unicamp; pesquisador associado ao Edital Universal do CNPq n° 402726/2023-5.

Email: [danielpsilva@hotmail.com](mailto:danielpsilva@hotmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4496-1650>

## **Abstract**

This article explores how female prostitution became woven into the Amazonian economy between 1850 and 1929, a period that carried the region from a model of colonial extractivism to a subordinate place in Brazil's internal market, shaped by the rubber boom and Manaus's Belle Époque. Using the idea of the "body-territory," we show how the link between space and body creates racialized and gendered hierarchies, shaping survival strategies and power relations. The study builds on a critical review of literature and historical sources, drawing insights from critical geography, political economy, and decolonial feminism. We argue that natural-resource extraction not only shaped local demography but also made prostitution an organic part of regional capital accumulation. Far from being marginal, this activity has become a central source of income for feminized bodies excluded from formal sectors, revealing a racial hierarchy that placed white women—especially foreigners—in the upper layers of both the formal market and the informal sex market, while non-white, Amazonian, or migrant women occupied more vulnerable positions, functioning simultaneously as a space of precarization and agency.

**Keywords:** prostitution; body-territory; Brazilian Amazon; informal labor markets; gendered racial inequalities.

## I. Introdução

A conformação econômica da Amazônia brasileira<sup>1</sup>, desde o período colonial, foi marcada pela extração de recursos naturais e pelo deslocamento de grandes contingentes populacionais para atender às demandas de ciclos econômicos intermitentes. Nesse processo, a territorialização das regiões foi acompanhada por formas específicas de organização do trabalho, nas quais a marginalização econômica das mulheres se consolidou como um aspecto funcional e recorrente. Excluídas sistematicamente das atividades formais mais valorizadas e regulamentadas, as mulheres foram empurradas para ocupações precarizadas e desprotegidas, estabelecendo-se uma dinâmica econômica que vinculou diretamente gênero, raça, território e formas de exploração. Entre essas ocupações, a prostituição emergiu não apenas como estratégia de sobrevivência para mulheres excluídas do mercado formal, mas também como elemento fundamental da economia e da reprodução social das regiões.

A experiência de Manaus e Belém, especialmente durante o ciclo da borracha (1870-1912), exemplifica como a segregação de gênero e raça no mercado de trabalho amazônico brasileiro esteve intrinsecamente relacionada à estruturação da prostituição. A exclusão feminina dos setores produtivos de maior prestígio não significou sua ausência da economia, mas sim sua inserção em atividades economicamente desvalorizadas, ainda que essenciais para a organização do espaço social e das relações econômicas e políticas.

Compreender as raízes históricas e econômicas da prostituição nas Amazonas exige, portanto, uma análise que vincule as transformações territoriais das regiões à estruturação das relações de trabalho e às dinâmicas de exclusão e resistência que marcaram a experiência das mulheres nesses espaços.

---

<sup>1</sup> Como ponto de partida, é importante destacar que, embora existam processos sociais e econômicos comuns nas Amazonas, esta pesquisa parte do reconhecimento da diversidade entre as regiões. Consideramos suas distintas trajetórias de colonização, formações econômicas, composições culturais e étnicas, além de suas dinâmicas políticas — com o objetivo de romper com a visão dominante de uma Amazônia homogênea e valorizar a pluralidade das experiências que marcam suas histórias socioeconômicas.

Adotamos o intervalo de 1850-1929 porque ele assinala a transição da Amazônia de uma economia colonial primário-exportadora, baseada em extrativismo vegetal pouco articulado, para uma inserção subordinada no capitalismo brasileiro. Nesse ínterim, o ciclo da borracha – até o colapso de 1912-1913 – expandiu a ocupação territorial, atraiu migrações, modernizou Manaus e Belém via navegação a vapor e aviamento, tendo, contudo, preservado as relações de produção desiguais que semearam a dependência subsequente (Furtado, 2004; Stella, 2009; Cano, 2013).

Ademais, para compreender as interseções entre território, economia e relações de gênero e raça nas Amazônias brasileiras, este artigo adota o conceito de “corpo-território”, fundamentado em Raffestin (1993) e Santos (1996; 2006). Essa perspectiva permite articular a exploração econômica dos espaços com a dominação dos corpos que os habitam.

Raffestin (1993), ao propor uma geografia do poder, argumenta que o território não deve ser reduzido a uma unidade geográfica fixa, mas entendido como uma construção social e política, continuamente produzida pelas relações de poder e pelas dinâmicas de apropriação. Assim, o território não é apenas um suporte físico das atividades econômicas, mas um espaço moldado por disputas e estratégias de controle.

Complementarmente, Santos (1996, 2006) desenvolve a noção de “território usado”, enfatizando que o espaço geográfico não se define apenas por sua configuração concreta, mas pela interação entre grupos sociais, seus modos de apropriação e suas relações de poder. Dessa maneira, a territorialização amazônica não pode ser dissociada da imposição de lógicas econômicas exógenas, que reorganizaram tanto o espaço quanto os corpos, subordinando populações locais a um modelo de exploração sustentado por hierarquias políticas, econômicas, espaciais, raciais e de gênero.

Ao incorporar essa perspectiva, o conceito de corpo-território evidencia como a experiência territorial não se restringe à dimensão espacial, mas se inscreve materialmente nos corpos – especialmente, aqui, nos corpos femininos racializados. A colonialidade, ao estruturar a divisão do trabalho e a

organização do espaço amazônico, redefiniu os corpos amazônicos como objetos de exploração econômica, de subalternização social e de controle disciplinar.

Nesse sentido, nossa hipótese é que a prostituição feminina nas Amazôniaas deve ser compreendida dentro de um sistema territorial de estratificação racial, de gênero e de classe, no qual a marginalização de mulheres não-brancas no mercado de trabalho formal resultou em sua inserção em posições mais vulneráveis dentro da economia do sexo, enquanto mulheres brancas, especialmente estrangeiras de origem europeia, ocuparam espaços de maior prestígio e remuneração, tanto no mercado formal quanto informal.

Esse contraste revela não apenas a conformação racial das relações de trabalho sexual, mas também a colonialidade dos valores que estruturam as sociedades periféricas das Américas, evidenciando como os processos de territorialização e de racialização operaram simultaneamente na organização do mercado sexual.

Organizado em cinco seções, além desta introdução e da conclusão, o artigo apresenta, na segunda seção, as bases teórico-metodológicas com ênfase no conceito de corpo-território. A terceira analisa as estratégias coloniais e estatais que estruturaram as Amazôniaas como espaços de exploração e controle. A quarta seção examina os ciclos econômicos – das drogas do sertão ao ciclo da borracha – e seus efeitos sobre a inserção feminina na economia. Na quinta discute-se como a exclusão estrutural das mulheres amazônicas e migrantes dos circuitos formais levou à sua participação precária na economia do sexo, em contraste com as posições de prestígios ocupadas por mulheres brancas, sobretudo europeias.

É dessa forma que o artigo objetiva examinar como a prostituição feminina, ao se articular com lógicas territoriais e com as hierarquias herdadas da colonização, configura uma forma específica de inserção subordinada na economia amazônica, funcional à organização histórica do trabalho e das relações sociais nas Amazôniaas brasileiras.

Para alcançar esse objetivo, a pesquisa adota uma abordagem teórico-analítica de caráter interdisciplinar, ancorada em referenciais da geografia crítica, da economia política e dos feminismos decoloniais. A reflexão é construída a partir da análise de fontes bibliográficas, hemerográficas e historiográficas. Sua elaboração baseia-se na sistematização crítica de dados empíricos e estudos prévios, em diálogo com pesquisadoras e pesquisadores que investigam as Amazônias a partir de uma perspectiva interseccional.

## **2. Do território ao corpo-território: aspectos teórico-metodológicos**

Em *Por uma geografia do poder*, Raffestin (1993) nos propõe compreender o território para além de suas delimitações geográficas convencionais, apresentando-o como um espaço historicamente produzido pelas ações humanas e pelas relações de poder. Para o autor, o território não é uma estrutura fixa ou naturalmente dada, mas um produto de dinâmicas socioeconômicas e políticas que moldam tanto o espaço físico quanto os corpos e as interações sociais. Nesses termos, o território surge quando um espaço é apropriado e organizado por indivíduos, grupos ou instituições que o controlam e lhe atribuem significados, com o objetivo de estabelecer uma unidade política, social e geográfica.

Ao introduzir conceitos relacionados ao poder, ao controle e às disputas sociais, Raffestin (1993) destaca que o território se configura como um sistema dinâmico de relações de força, no qual diferentes atores buscam afirmar suas próprias definições de pertencimento e domínio sobre o espaço. Nesse sentido, o autor nos convida a analisar a região amazônica brasileira não apenas como um recorte geográfico, mas como uma construção socioeconômica e política, atravessada por estruturas de poder que determinam a organização do espaço, a reprodução econômica e as relações sociais e políticas locais.

Santos (1996; 2006), por sua vez, propõe observar o espaço geográfico de uma forma igualmente histórica e processual, enfatizando as ações de

apropriação e utilização do território por um povo-nação, o que denomina de “território usado” ou “espaço habitado”. Significa dizer que, para Milton Santos, o território não é apenas um espaço físico, mas um espaço de ação e prática social, que é moldado e transformado pela interação entre atores hegemônicos e subalternos. Os primeiros, detentores do poder e da capacidade de controle, empregam o território como um meio para reproduzir e preservar seus interesses específicos, estabelecendo suas normas e organizando o espaço de acordo com suas necessidades; já os atores subalternos percebem o território como um lugar de resistência, adaptação e sobrevivência, onde recriam estratégias e métodos de adaptação a partir de um contexto de opressão e exclusão.

Na observação das Amazônias como um espaço vivido e apropriado por grupos sociais, as proposições de Santos (1996; 2006) nos fazem dirigir a atenção para o conjunto das práticas econômicas e sociais que instauraram uma dinâmica específica, refletindo não somente sobre o objetivo de uso, mas também sobre quais relações de controle social e de poder foram implementadas durante a dominação e apropriação das regiões. As relações de uso, então, além de darem forma e nome ao espaço geográfico na sua construção de unidade, modelam as experiências materiais e sociais dos sujeitos.

Ao considerar o Estado como um agente fundamental nessa dinâmica, é possível vislumbrar o território por sua condição de recurso nacional. No exercício de sua soberania e na implementação de políticas de segurança e disciplina, o Estado estrutura um sistema que define e reproduz uma visão específica de nação, influenciando diretamente tanto as formas como o território é vivenciado quanto as interações sociais e econômicas que nele ocorrem (Santos, 2006).

Essa perspectiva se torna ainda mais relevante ao analisarmos a territorialização nas Amazônias, onde as ações de colonização conduzidas ou influenciadas pelo Estado foram pautadas em concepções externas que ignoraram as populações nativas e suas formas de organização espacial e social, tendo

como objetivo estabelecer uma relação de exploração econômica e controle sobre os corpos (Porto-Gonçalves, 2001).

O processo de homogeneização territorial pode ser compreendido como uma estratégia fundamental na conformação do espaço enquanto unidade política, social e econômica. A partir da regulação estatal e da imposição de normas, a diversidade espacial e demográfica é reorganizada de modo a servir a um projeto de domínio, no qual a padronização das formas de ocupação e uso do território atende aos interesses de grupos hegemônicos. Como destacado por Santos (2006), essa dinâmica não se restringe à apropriação material dos espaços, mas envolve a imposição de uma lógica organizacional que redefine a experiência territorial dos sujeitos, subordinando-a às exigências econômicas e políticas dominantes. Nesse sentido, a homogeneização não apenas consolida um território enquanto unidade abstrata de controle, mas também estrutura as relações sociais e institui mecanismos de exclusão e hierarquização, modulando a organização do trabalho, a mobilidade e as possibilidades de pertencimento dos sujeitos ao espaço socialmente produzido.

Ao caracterizar o espaço habitado como um objeto (Santos, 2006), podemos entender a lógica produtiva que também transforma o corpo em um elemento coisificado. A construção da identidade nacional traz, em si, ideais do território e do corpo que, motivados pelo territorialismo – colonial e capitalista –, se manifestam a partir de uma série de processos de múltiplas ordens, capazes de gerar e manter os ideários da unidade “nação”.

Para compreender como esse processo de territorialização impacta corpos de maneira diferenciada, recorreremos a Lugones (2014), que introduz o conceito de colonialidade de gênero. Lugones argumenta que a dominação colonial não apenas organizou a economia e o território, mas também impôs uma estrutura de gênero eurocêntrica baseada em aspectos biológicos, desmantelando sistemas pré-coloniais nos quais as relações de gênero operavam de forma distinta. Essa imposição hierárquica estabeleceu uma dupla

marginalização para mulheres racializadas, que foram subordinadas tanto na esfera do trabalho quanto na organização socioeconômica e política.

Ao articular a colonialidade de gênero às análises territoriais de Claude Raffestin e Milton Santos, podemos compreender que a exploração econômica das Amazônias não se deu somente sobre a terra e os recursos naturais, mas também sobre os corpos, em especial os corpos femininos. Nesse sentido, a territorialização colonial não apenas reorganizou os espaços e a economia, mas também definiu quem teria acesso à redistribuição de recursos, quem seria reconhecido como sujeito de direitos e quem teria voz na esfera pública, tendo na incorporação do nacional uma redefinição da noção de sujeito.

Assim, o processo de apropriação do território caminhou lado a lado com a marginalização das mulheres nativas e não-brancas, deslocando-as para posições subalternas na divisão do trabalho e negando-lhes o *status* de agentes políticos. Dessa forma, compreende-se que a colonialidade de gênero não apenas subalternizou essas mulheres, mas também restringiu sua capacidade de disputar os termos de sua própria inserção na economia, perpetuando um modelo de exploração que atravessa até hoje a organização dos espaços e do trabalho nas Amazônias.

A análise da territorialização nas Amazônias revela, portanto, um complexo jogo de interesses em que as práticas e políticas implementadas refletem não apenas as ambições dos agentes dominantes, mas também as respostas e estratégias de adaptação dos grupos locais. Esse contexto evidencia a importância de uma abordagem que considere tanto as dimensões materiais quanto as sociais na compreensão do território.

Tomar os territórios amazônicos brasileiros por meio dessas lentes torna possível identificar as nuances e as dinâmicas econômicas que moldam a vida e a organização espacial nas regiões – sendo o foco desta investigação as experiências de mulheres amazônicas e não brancas –, permitindo uma visão mais ampla e crítica sobre a interação entre economia, sujeitos, Estado e historicidade do espaço geográfico.

Propomos metodologicamente que as dinâmicas econômicas territoriais conformam uma economia política na qual o corpo se torna a externalização do “nacional”, sendo investido de finalidades produtivas e submetido a controles políticos e sociais que atendem aos interesses das classes dominantes. Nesse sentido, o Estado e os interesses proprietários transformam o corpo amazônico em um espaço de dominação, coisificação e exploração fundamental para a territorialização pretendida (Mondardo, 2009).

Ao entrelaçar território e corpo, evidencia-se como as dinâmicas de poder e exploração transcendem o espaço físico e se inscrevem nos corpos que o habitam. Essa lógica se intensifica quando observamos a divisão sexual do trabalho, na qual as estruturas econômicas privilegiam figuras masculinas brancas e relega às mulheres nativas e não-brancas papéis de subordinação e informalidade.

Assim, ao investigar a economia política das Amazônia sob essa ótica, abre-se um campo fértil para questionar as relações sociais locais e compreender os espaços de resistência, adaptação e luta das mulheres dentro da lógica de reprodução econômica das regiões.

### **3. Aspectos políticos e econômicos da territorialização das Amazônia**

Para que possamos compreender as lógicas construídas durante a ação de territorialização das regiões amazônicas brasileiras, voltamos o olhar para as possibilidades e as dificuldades vislumbradas pela Coroa Portuguesa durante o seu processo de colonização, reconstruindo não só seu contexto socioeconômico, como também o conjunto das práticas e relações de uso territorial nas suas expressões de domínios políticos e econômicos, que tiveram no espaço geográfico um ponto de partida para atendimento de interesses particulares da Coroa.

Carlos Walter Porto-Gonçalves, em *Amazônia, Amazônia* (2001), relata que, a princípio, as regiões em questão não eram compatíveis com as lógicas e

as necessidades mercadológicas vigentes durante a reprodução do sistema global de exploração mercantil-colonial nas localidades. O quadro colonial marginalizou as Amazônias perante as demais regiões brasileiras, que forneciam oportunidades de enriquecimento mais rápidas, dada a sua maior compatibilidade com os ciclos econômicos experienciados pelo Brasil e, por isso, atraíam mais a atenção estatal e os fluxos demográficos. Sob tais condições, a ocupação amazônica brasileira se atrela a surtos econômicos impulsionados por demandas externas, de modo que acabavam seguidos por grandes períodos de estagnação e decadência (Porto-Gonçalves, 2001).

As expressões de domínio – políticas institucionalizadas, controles sociais e relações de poder –, nesses termos, foram dadas a partir do imaginário colonizador, que enxergava as regiões como reservas de recursos naturais, com potencial de uso futuro. Segundo Becker (2005), esse potencial visualizado no território era de tal magnitude, que, mesmo sem recursos econômicos e populacionais que propiciassem ações produtivas, uma série de estratégias de ordem militar foram aplicadas na tentativa de se ocupar, povoar, preservar e aumentar suas extensões.

É importante destacar alguns aspectos. O controle nacional e social sobre as relações econômicas e de poder nas localidades evidencia a capacidade de coordenação e a presença do Estado, especialmente em sua dimensão militar. O processo de territorialização, orientado pela lógica colonial, impulsiona estratégias voltadas tanto para responder à escassez de recursos demográficos quanto para atender aos interesses econômicos da Coroa Portuguesa (Porto-Gonçalves, 2001; Tavares, 2011).

Na territorialização das Amazônias, essa lógica colonial operou não apenas na apropriação dos recursos naturais, mas também na imposição de hierarquias raciais e de gênero, delimitando quais corpos eram exploráveis e sob quais formas de subordinação. A imposição da classificação racial e de gênero permeou todas as esferas da vida social e moldou a organização do trabalho, do poder e da intersubjetividade, tornando-se um dos instrumentos mais eficazes da dominação colonial e da perpetuação da desigualdade

social (Quijano, 2000). Dessa forma, as Amazônias não foram apenas um espaço de exploração econômica, mas também um território de reestruturação, experimentação e consolidação das estruturas coloniais, as quais reverberam, até os dias de hoje, nas dinâmicas socioeconômicas e políticas das regiões.

Devemos, então, atentar ao espaço amazônico habitado, observando seu uso para obtenção de recursos e tentativa de reproduzir uma cadeia econômica e social que favorecesse tanto a Coroa quanto os comerciantes que atuavam nas regiões. As origens coloniais estabelecidas – ressaltadas em suas relações sociais e de poder – foram bases essenciais na produção das relações econômicas do que se entende por “amazônico” e no modo de pensar as regiões.

Os interesses dos atores hegemônicos, nesse sentido, passam a ser motores chave na atuação do Estado. O resultado é a homogeneização territorial – unidade política, social e geográfica –, na medida em que “as amazônias” – em sua pluralidade demográfica e espacial – passam a ser concebidas como *um território*, entendido por meio das intenções e das formas de identificação de terceiros, a partir de uma construção narrativa e política com objetivos econômicos.

É importante destacar que a suposta escassez populacional na região amazônica opera como um ideário de matriz colonial, ainda presente nos dias atuais. Tal concepção sustenta a narrativa político-nacional que descreve as Amazônias como um “vazio demográfico”, justificando e legitimando tanto a sua ocupação quanto o apagamento das estruturas sociais que antecedem os processos de colonização e ocupação dessas localidades (Porto-Gonçalves, 2001).

No processo de colonização pela Coroa Portuguesa das regiões amazônicas, essa ocupação não apenas se valida pela forma como se estabelece no território, mas também como apaga as populações originárias e suas formas de pertencimento, desarticulando os laços entre corpo, terra e identidade. Assim, com a transição para o capitalismo — cuja estrutura se articula à

lógica colonial (Furtado, 1983; Prado Jr., 2000) — as Amazônias se consolidam economicamente como um espaço inabitado, projetado para o futuro e destinado aos que vêm de fora (Porto-Gonçalves, 2001).

Esse modo de perceber as regiões foi sendo construído por meio de intenções políticas e ações concretas de ocupação do território, criando uma imagem ideológica sobre os espaços e as pessoas que ali viviam e vivem. Nessas condições, o processo de homogeneização das Amazônias, dentro do ideário econômico nacional, demandou a criação de estratégias de regulamentação, controle e organização do território, de modo a integrar essas regiões a um projeto estatal e econômico que lhe era externo e global. A territorialização das regiões não apenas definiu suas fronteiras físicas e políticas, mas também reconfigurou sua estrutura social e econômica a partir de narrativas e práticas institucionais que apagaram sua diversidade original e subordinaram suas dinâmicas locais a interesses coloniais e, posteriormente, capitalistas (Raffestin, 1993).

Esse processo instaurou dinâmicas específicas de exploração, nas quais os espaços foram ressignificados como parte de um recurso a ser apropriado. De forma associada, os corpos que os habitavam foram incorporados a uma lógica produtiva alheia às suas formas de vida. As relações de uso do território, assim, não apenas consolidaram uma identidade territorial homogênea, mas também modelaram as experiências materiais e sociais das populações amazônicas, delimitando seus papéis e acesso dentro da ordem econômica e política imposta.

Assim, territorialização das Amazônias pode ser lida, simultaneamente, como um projeto político-econômico de exploração dos recursos naturais para agentes externos e também como um processo de reorganização da estrutura social e dos corpos que nela habitam, consolidando desigualdades estruturais que atravessam tanto o território quanto as subjetividades amazônicas.

No contexto amazônico, a passagem do colonialismo ao capitalismo não significou ruptura, mas continuidade das dinâmicas de exploração. A

economia regional, baseada na extração de matérias-primas para exportação, manteve a subordinação das populações locais, especialmente das mulheres nativas, intensificando sua marginalização e vulnerabilidade dentro dos ciclos econômicos sucessivos (Furtado, 1983; Prado Jr., 2000; Nogueira; Anjos, 2019).

A territorialização colonial das Amazôniaas operou a partir da destruturação das formas nativas de organização social e trabalho, inserindo essas populações em cadeias produtivas, voltadas à extração e a uma lógica socioeconômica. A noção e divisão do trabalho, que se consolidou na passagem para o capitalismo, não apenas reforçou a subordinação da população local dentro das relações produtivas, mas também reconfigurou seus papéis sociais na economia regional (Porto-Gonçalves, 2001).

Como resultado das dinâmicas econômicas e políticas implementadas, os corpos nativos, assim como o território, passaram a ser vistos como recursos nacionais com potencial de uso futuro na construção da unidade cultural, estatal e populacional almejada. Nesse sentido, a territorialização das Amazôniaas não pode ser compreendida apenas como uma imposição espacial, mas também como um processo de dominação que atravessa e coisifica os corpos, as identidades, as percepções de sujeito e, conseqüentemente, as relações sociais — estruturando desigualdades na reconfiguração do espaço.

No tocante a esta análise, focamos no contexto econômico das Amazôniaas durante o processo de colonização e sua transição ao sistema capitalista, observando como o mercado sexual se consolidou como elemento central da economia amazônica brasileira. Mais do que uma resposta à marginalização de determinados sujeitos, ele operou como um mecanismo orgânico de reprodução econômica e social, atravessado por desigualdades raciais e de gênero — especialmente no que diz respeito à participação econômica e social de mulheres nativas e migrantes nas regiões.

#### 4. Contextualização econômica

Influenciada pelo caráter agroexportador da economia do período colonial, a ocupação das regiões amazônicas brasileiras esteve atrelada aos seus ciclos econômicos. As drogas do sertão – cacau, castanha, guaraná, urucum e outras especiarias – demarcam, na história, o início dos projetos e investimentos de territorialização, por ocupação e expansão, empreendidos pela Coroa Portuguesa.

À medida que avançavam na bacia amazônica à procura dessas especiarias, de metais preciosos e de nativos para o trabalho escravo, ocupavam lentamente as regiões com cidades e vilas. O movimento de expansão das fronteiras foi impulsionado pelo aumento da demanda por produtos agrícolas para os mercados internos e para atender à pauta de exportações de recursos primários, tais como madeira, minério, produtos agroextrativistas e agronegócio (Porto-Gonçalves, 2001).

Edna Ramos de Castro e Índio Campos (2015), na *Coleção Formação Regional da Amazônia*, destacam que a produção de cacau teve um papel crucial na consolidação e expansão da fronteira colonial nas regiões. Sua importância é evidenciada pela persistência do cacau na pauta de exportações do Grão-Pará, gerando ganhos substanciais para a Coroa Portuguesa. A economia do cacau expandiu-se notavelmente no século XVIII e no início do século XIX, com novas plantações em terras firmes e várzeas.

Consequentemente, o Baixo Amazonas e o Vale do Tocantins foram incorporados à dinâmica do mercado europeu de cacau, que enfrentava uma redução na produção e exportação nas colônias portuguesas e espanholas do Caribe, Venezuela e Equador. Para impulsionar essa expansão, o comércio de escravizados africanos foi incentivado, demonstrando a interdependência entre a agricultura de exportação e a escravidão na formação econômica das regiões.

A produção de especiarias na região do Acre, por sua vez, “embora menos relevante que no Pará e no Amazonas, serviu como referência para

identificar as potencialidades e riquezas passíveis de exploração mercantil, e sua exploração em momentos posteriores” (Castro; Campos, 2015). Em meados do século XVII, a Coroa Portuguesa resolveu incentivar a prospecção de ouro e, como recompensa, além do prêmio e participação no achado, aos descobridores mais destacados eram conferidos títulos de nobreza e cargos militares.

Esta mudança de enfoque não somente era devida à modificação do relacionamento entre Portugal e Espanha como também pelo alto déficit experimentado pelo reino português e a profunda crise que a Europa enfrentava. Contudo, somente em 1747 foi registrada a descoberta de ouro na região do Rio Tapajós, no Pará (Veiga; Silva; Hilton, 2002).

Na segunda metade do século XVIII, as estratégias coloniais de caráter econômico e político voltadas para a província do Grão-Pará e Maranhão passaram por uma redefinição significativa. Esse período é marcado pelas intervenções das políticas implementadas nas Amazônias por Pombal, que incluem a reorganização da produção, a racionalização do trabalho, a diminuição do poder político dos religiosos, especialmente dos jesuítas, as diretrizes de povoamento baseadas na miscigenação entre portugueses e indígenas, bem como a expansão das fronteiras coloniais por meio do fortalecimento da navegação e do tráfico de escravizados africanos, objetivando aumentar a força de trabalho e a produção (Castro, 2006).

A partir da década de 1850, as regiões amazônicas passam por um novo surto de crescimento, o primeiro ciclo da borracha, entre 1870 e 1912, que marca uma inflexão decisiva na história das regiões: a crescente demanda internacional pelo látex aproximou a produção e o comércio local dos grandes circuitos da economia mundial, inserindo-os nos processos de transformação industrial e no avanço da ciência e da técnica no Ocidente. Os interesses que impulsionavam as mudanças associadas à segunda revolução industrial financiaram a busca de novos materiais, bem como a descoberta de processos e métodos essenciais à expansão dos mercados

e das dinâmicas do capitalismo industrial sobre territórios periféricos (Barata, 1973)<sup>2</sup>.

Durante o auge do primeiro ciclo da borracha, a Amazônia experimentou um crescimento econômico e populacional sem precedentes. A participação do látex nas exportações brasileiras saltou de 10% em 1890 para 20% em 1900, atingindo 40% em 1910. Apenas nesse último ano, as 39 mil toneladas exportadas renderam 25 milhões de libras esterlinas à região (Stella, 2009).

Tal prosperidade impulsionou a chamada *belle époque* manauara: Manaus cresceu de 61 mil habitantes em 1900 para 81 mil em 1912, e Belém, de 166 mil para 275 mil (Stella, 2009). Esse surto populacional foi impulsionado pela migração nordestina, estimulada pela seca e pela demanda da extração do látex. Entre 1870 e 1920, a população do Amazonas saltou de 57.610 para 363.166 pessoas (Morais, 2012; Porto, 2016).

Ressalta-se que esse crescimento demográfico ocorreu com acentuada assimetria de gênero, impulsionado pela migração masculina voltada aos setores agroextrativistas e de mineração – atividades historicamente favorecidas por políticas públicas e programas de desenvolvimento. Dados censitários (Brasil, 1926) indicam uma presença significativamente maior de homens, sobretudo estrangeiros solteiros, nos estados do Amazonas, Pará e Acre, conformando populações marcadamente masculinizadas. Essa dinâmica estruturou formas persistentes de marginalização socioeconômica das mulheres, com efeitos diretos sobre a organização social e econômica regional (Porto-Gonçalves, 2001).

Nesse contexto, a presença e a sobrevivência das mulheres nas regiões amazônicas passam a depender diretamente das relações e dos serviços demandados pelos homens – como o trabalho doméstico, a prostituição e, em alguns casos, o casamento. Segundo Hazeu (2006), essas formas de inserção acompanham os fluxos migratórios masculinos de

---

<sup>2</sup> Sobre o tema consultar as obras clássicas sobre a formação histórica das Amazônia, entre elas as de Baena (1969; 2004); Raiol (1970) e Reis (1953).

seringueiros, garimpeiros, trabalhadores da construção civil, marinheiros e caminhoneiros.

Como resultado, essas dinâmicas acabam por fragilizar e tornar dependente a participação feminina nos mercados de trabalho, uma vez que sua presença na economia é moldada pelas necessidades masculinas, muitas vezes por meio de circuitos informais e desregulamentados. Percebe-se, assim, a incapacidade de absorção da força de trabalho feminina disponível no mercado de trabalho que se estabelece nas regiões amazônicas brasileiras, estruturando uma economia que, em sua raiz, segrega e produz excedentes de mão de obra por meio da divisão sexual, racial e ideológica do trabalho.

A relação entre gênero e os modelos de desenvolvimento neoextrativista adotados nas regiões amazônicas permite compreender como a segregação se estabeleceu em seus mercados de trabalho, além de evidenciar seus efeitos sobre práticas profissionais e valores sociais, impactando, diretamente, as oportunidades de trabalho e os rendimentos das mulheres (Svampa, 2019; Furtado; Andriolli, 2021; Hofmann; Duarte, 2021).

Em suma, é fundamental observar as camadas que compõem os projetos de desenvolvimento das regiões amazônicas e suas consequências sobre a organização social e econômica local. A economia extrativista que se consolidou nesses territórios impacta não apenas os fluxos migratórios, mas também a própria composição das sociedades, ao mesmo tempo que gera escassez de oportunidades nos mercados formais e reforça a necessidade de economias de enclave — como o trabalho doméstico e a prostituição.

Essa conversão do corpo em suporte funcional aos objetivos de ocupação territorial e de acumulação de capital revela que não se trata apenas de exclusão, mas de uma inserção subordinada, marcada pela interseção entre gênero, raça e território. É a partir dessa articulação que, na próxima seção, propomos uma reflexão teórica sobre a economia política do corpo da mulher amazônica.

## 5. A economia política do corpo-território da mulher amazônica

Como vimos, as relações sociais nas Amazôniaas foram moldadas tanto pelo seu papel produtivo quanto pela forma como foram integradas ao projeto nacional. Ancoradas em ideários como o de reserva territorial e vazio demográfico, estruturaram dinâmicas que fundamentaram um regime de produção regional com configurações próprias.

Nesse cenário, o conceito de corpo-território contribui para compreender como o corpo humano foi transformado em um mecanismo produtivo, reconhecido e mobilizado. Desde os primeiros ciclos extrativistas até a consolidação do capitalismo nas Amazôniaas, o corpo foi continuamente moldado pelas exigências de ocupação territorial, reprodução social e urbanização, atuando como peça-chave nessas transformações.

As estratégias de controle e subjugação dos corpos amazônicos seguiram lógicas específicas de territorialização, atravessadas por marcadores de gênero, raça e território (Cunha; Olivar, 2019). Elemento central nas relações sociais, econômicas e territoriais, o corpo território amazônico, enquanto território usado, se entrelaça a um complexo de interações que se intercalam de forma complementar e conflitante (Haesbaert, 2006).

Collins e Bilge (2021), ao mencionarem o trabalho de Sandra Harding, apresentam uma análise abrangente das opressões de gênero, compreendendo suas três dimensões – institucional, simbólica e individual – na observação dos cruzamentos das opressões de raça, classe e gênero, e como resultam em graus variados de punições e privilégios.

Nesse contexto, importa observar como as dimensões da opressão se entrelaçam no espaço amazônico. Ao considerar o processo de racialização apresentado por Carneiro (2003), percebe-se que as interseccionalidades descritas por Collins e Bilge se potencializam, atribuindo às mulheres negras e amazônicas posições ainda mais subalternizadas dentro da estrutura econômica e social regional e nacional. Essa sobreposição evidencia que, tanto no plano institucional quanto cotidiano, as lógicas de exploração do

território são inseparáveis das lógicas de exploração dos corpos racializados e femininos.

Nesse sentido, é significativo observarmos a centralidade do trabalho de reprodução social para a dinâmica econômica capitalista (Bhattacharya, 2017). Ao conectar essa perspectiva com a análise de Carneiro (2003), nota-se que não apenas as mulheres amazônicas são excluídas dos espaços produtivos formais, mas também assumem funções invisibilizadas de cuidado e reprodução, essenciais ao sistema capitalista, conforme ressalta Bhattacharya (2017). Assim, as opressões de raça, gênero e classe se materializam na rotina dessas mulheres, particularmente nos espaços informais e extramercado, reforçando as desigualdades estruturais e históricas dos territórios amazônicos.

Trata-se de uma lida nada ou mal remunerada, que produz acumuladamente a mercadoria de que o capital mais necessita — a própria capacidade de trabalhar — e, por isso, sustenta o sistema, mesmo quando é invisibilizada ou naturalizada como dever feminino (Bhattacharya, 2017); tal naturalização é viabilizada pelo caráter fetichista das relações capitalistas, que apresentam como a-históricas e inevitáveis as formas sociais que, na realidade, são construções históricas específicas e socialmente determinadas (Bonefeld, 2011; Marx, 2011).

Nesse contexto, a prostituição nas Amazônias cumpre uma função econômica central: oferece renda imediata às mulheres excluídas dos setores masculinos da extração e, ao mesmo tempo, fornece o serviço sexual que repõe e sustenta — física e simbolicamente — a força de trabalho masculina deslocada para os enclaves extrativistas. Assim, o corpo feminino torna-se parte integrante da engrenagem de acumulação, articulando a exploração do território à do corpo.

Desse modo, os bordéis de Manaus e Belém funcionam como extensão mercantilizada das cozinhas, lavouras e enfermarias como descritas pela teoria da reprodução social (Bhattacharya, 2017): um vértice onde a lógica

extrativista transfere custos de cuidado para mulheres racializadas, transformando necessidades biopolíticas em oportunidade de lucro.

Nesses termos, a reprodução biológica consolida a presença econômica e, de forma associada, incorpora o sexo a uma lógica produtiva. O útero se consolida como mecanismo multiplicador que atende a noções de escassez demográfica, sendo mobilizado como ferramenta política e econômica capaz de gerar “trabalhadores” e “nacionais”<sup>3</sup>.

Sob tal arranjo histórico, as relações sexuais são reestruturadas, assumindo também uma utilidade funcional à ordem econômica e política, configurando uma forma específica de alienação da sexualidade, na qual o corpo da mulher deixa de ser reconhecido em sua autonomia. A interconexão entre corpos, interesses econômicos, Estado-nacional, gênero, raça, classe e sexo constrói uma rede de significados e possibilidades de ação, que, em sua dinâmica produtiva, não apenas regula a reprodução social, mas também instrumentaliza o trabalho sexual como parte dessa engrenagem (Peres; Toledo, 2011).

Nesse arranjo, o corpo da mulher amazônica, racializado e generificado, é convertido em espaço estratégico da acumulação, seja pela reprodução biológica e social, seja pela prestação de serviços sexuais que sustentam a lógica extrativista. A prostituição, nesse contexto, deve ser compreendida não como desvio moral ou resíduo social, mas como prática funcional à economia regional. É a partir dessa chave interpretativa que se torna possível examinar, na próxima seção, como se estrutura o mercado de trabalho amazônico no período da *belle époque*, destacando os mecanismos que determinaram os itinerários possíveis às mulheres locais e estrangeiras no interior desse mercado racializado e hierarquizado.

---

<sup>3</sup> Marques (2007) destaca como as estratégias militares de povoamento e defesa das fronteiras amazônicas durante a colonização se entrelaçaram com os ideais de fixação e “miscigenação”, elementos centrais na construção da “pátria”. A reprodução sexual, promovida institucionalmente pelas Forças Armadas, se tornou uma estratégia central para consolidar a ocupação territorial. A união de homens militares com mulheres nativas foi uma prática comum em várias regiões amazônicas, como em Tabatinga/AM, e ilustra como as relações de gênero e raça foram instrumentalizadas para fortalecer o domínio territorial (Cunha; Olivar, 2019).

## **6. A mulher no mercado de trabalho amazônico e a prostituição na *belle époque* dos trópicos**

Percebe-se na história amazônica brasileira como a mulher esteve excluída do processo de formação do mercado e das relações de trabalho produtivo nos principais ciclos econômicos das regiões. Esses resultados evidenciam uma distribuição das mulheres entre os grupos ocupacionais distinta da dos homens, sinalizando um nível de segregação ocupacional no conjunto do mercado de trabalho local.

A *belle époque* manauara marca a história da cidade pelo seu primeiro momento de expansão urbana e tecnológica, assim como pelo grande número de estrangeiros e nacionais, que, atraídos pela ideia de prosperidade a partir da economia da borracha, chegaram às regiões e tiveram importante participação no processo de transformações empreendidas na cidade.

As trajetórias das mulheres estrangeiras que chegaram à cidade de Manaus durante o processo de modernização foram atravessadas por diferentes formas de vulnerabilidade e imposição. Muitas vezes, sua inserção nesse contexto ocorreu sob dinâmicas de controle familiar, estatal ou de redes de tráfico humano<sup>4</sup>. Nessas relações, os homens — sejam esposos, familiares ou agentes do tráfico — exerciam poder decisório sobre seus destinos. Algumas mulheres migraram acompanhando os maridos por imposição ou dependência, outras aguardaram por “cartas de chamada” que as autorizavam a encontrar os companheiros já estabelecidos no Brasil, e muitas foram levadas sob falsas promessas ou coercitivamente inseridas em circuitos de exploração sexual (Elias, 1990).

As mulheres estrangeiras, casadas ou solteiras, também foram impactadas pela migração e buscaram diferentes formas de garantir sua sobrevivência ou contribuir com o sustento da casa. Disputavam com as locais empregos como lavadeiras, cozinheiras, empregadas domésticas, amas de leite, entre outros.

---

<sup>4</sup> Para uma leitura mais aprofundada, ler Santos Jr. (2007; 2020) e Marialva *et al.* (2023).

Anúncios de jornais da época mostram que muitos empregadores preferiam contratar estrangeiras, como no *Commercio do Amazonas*, de 21 de dezembro de 1898: “Precisa-se de uma boa cozinheira e de um copeiro para casa de família, preferindo-se *estrangeiros*. Paga-se bem, a tratar à rua Ferreira Penna n. 22” (*Commercio do Amazonas*, 1988, grifo nosso).

Destaca-se como o componente étnico e econômico justifica preferências, e como para muitos empresários as trabalhadoras apresentavam vantagens em relação ao idioma e os baixos custos na mão de obra (Pinheiro, 2017). O uso de roupas europeias, como referência de requinte e elegância, também criou oportunidades para as estrangeiras nos setores ligados à moda, onde atuavam como costureiras ou modistas, consagrando seus nomes nos ateliês de confecções de roupas e acessórios femininos (Pinheiro, 2009).

Por virem de países considerados civilizados e mais desenvolvidos, as mulheres estrangeiras eram encaradas como mulheres mais cultas, portadoras de hábitos, modos e conhecimentos superiores. Isso ampliava suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, especialmente em ocupações que exigiam certa qualificação, como enfermeiras, parteiras diplomadas e professoras de línguas, música ou piano — tanto em escolas quanto em residências particulares (Pinheiro, 2017).

Percebe-se como a segregação econômica nas regiões, para além de refletir os dinamismos da desigualdade de gênero e divisão sexual do trabalho, se entrelaçam tanto às categorias de raça e classe quanto ao ideário estético local, tornando-se características intrínsecas das dinâmicas do mercado. Na ausência de empregos formais, as mulheres e, principalmente, as amazônicas e migrantes brasileiras eram condicionadas a buscar outras formas de inserção social, transitando por diferentes estratégias de sobrevivência na tentativa de obter renda.

É de se destacar, assim, como o mercado de trabalho nacional apresenta diferenças históricas em sua estruturação, de acordo com as relações sociais estabelecidas em cada região. Além das desigualdades de gênero, raça e classe, também existem desigualdades regionais que influenciam a intensidade das diversas formas de precariedade registradas em cada área,

resultantes da insuficiente geração de empregos formais ao redor do território brasileiro como um todo (Proni; Gomes, 2021).

Na história das regiões amazônicas brasileiras, a prostituição assumiu um papel econômico relevante ao absorver parte significativa da força de trabalho feminina excluída dos mercados formais. Nesse contexto de pobreza e segregação, o trabalho sexual se apresenta como uma via de acesso à remuneração, evidenciando a lógica econômica que o sustenta, na qual a prestação de serviços visa, sobretudo, salários, e à busca por melhores condições de vida.

A migração voluntária de muitas mulheres para Manaus durante a *belle époque* esteve ligada ao crescimento da atividade econômica, impulsionado pela renda da borracha, à modernização urbana e à formação de uma sociedade que buscava se alinhar aos ideais europeus de civilização. Com uma população apta a consumir cultura, lazer e prazeres, a cidade passou a demandar mão de obra estrangeira em diversos setores — inclusive na prostituição (Porto, 2016). Orum (2012) aponta que, em Manaus e Belém, no final do século XIX, a pele alva e os sotaques estrangeiros atraíam os clientes justamente por se diferenciarem das trabalhadoras sexuais locais, geralmente caboclas ou mestiças de pele bronzeada.

Grandes bordéis e pensões de luxo surgiram nas principais capitais brasileiras, acompanhados por salões de dança, cafés cantantes, teatros e cassinos, que se tornaram pontos de encontro da elite — fazendeiros, políticos, financistas, grandes comerciantes e seringalistas. Frequentar esses espaços, especialmente os cabarés e cafés de luxo onde atuavam prostitutas estrangeiras, era um símbolo de poder e distinção, compondo um dos elementos da modernidade almejada.

Ali, homens que publicamente defendiam o tradicionalismo regional e a reclusão feminina entregavam-se a “prazeres da carne” e a práticas sexuais que jamais deveriam ser ensinadas às esposas legítimas, ao mesmo tempo que socializavam em um ambiente considerado mais civilizado, onde cortesãs também assumiam o papel de interlocutoras em assuntos como política, arte e economia (Rago, 2008; Pinheiro, 2015).

A chegada do modelo dos cabarés franceses, impulsionada pela presença de mulheres francesas e polacas, ajudou a criar espaços de lazer e cultura que funcionavam como símbolos sociais e lugares onde se afirmava poder e pertencimento. Nesse cenário, formou-se uma hierarquia clara entre o alto e o baixo meretrício. O alto meretrício, dominado principalmente por estrangeiras — especialmente francesas, que eram vistas como o máximo em charme, sedução e sofisticação — atendia a uma clientela “selecionada” e reforçava os padrões de civilidade valorizados pela elite de Manaus.

Conforme argumenta Rago (2008), essas mulheres tinham uma função “civilizadora”: elas ensinavam às jovens as artes do amor e transmitiam códigos modernos de comportamento para os fazendeiros e provincianos, alinhando-se aos ideais europeizantes da *belle époque* na Amazônia. Formações como etiqueta, aula de salto alto, dança, francês, entre outras, eram oferecidas nas casas do alto meretrício da *belle époque*, juntamente com serviços como salões de beleza, joias e maquiagem (Barreto, 2023).

Nota-se que a prostituição, envolvendo mulheres brancas e não brancas, reproduz no mercado sexual informal a lógica racial que estrutura os mercados formais, definindo o perfil da clientela e os níveis de remuneração segundo uma dinâmica de valorização e depreciação dos corpos funcional à economia política regional.

Ao observar os modos de organização das zonas tanto de Belém – com seu “Quadrilátero do Amor” – quanto de Manaus, desponta uma clara divisão de mercado em que as zonas de maior prestígio forneciam, entre outros privilégios, melhores remunerações às mulheres<sup>5</sup>. Como consequência, as cidades de Manaus e Belém no período da *belle époque* registraram um grande número de prostitutas estrangeiras disputando espaço com as locais e demais migrantes brasileiras<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Ver Barreto (2023) e Silva (1994).

<sup>6</sup> As primeiras referências à prostituição francesa no Brasil foram descritas como atividades de bastidores das costureiras e modistas, tanto na capital como em outras cidades do país; outros trabalhos, como os de dançarinas, atrizes e cantoras, também eram associados à atividade (Porto, 2016).

A prostituição de baixo meretrício, apesar da perseguição sofrida, era tratada como um “mal necessário”, sendo o excedente de trabalhadoras sexuais mobilizado em estratégias de manutenção da reprodução social. Mulheres vistas como ameaça à ordem pública eram enviadas aos seringais, onde, além de contribuir para o aumento da produtividade, serviam como forma de lazer aos seringueiros, promovendo matrimônios, fixando homens à terra e reduzindo as taxas de estupro nas regiões. Esse controle do mercado sexual, regulado pelo Estado, revela sua função na gestão social e econômica (Wollf, 1999; Santos Jr., 2020).

Nesse contexto, assim como nos demais mercados de trabalho, o ideal europeu também moldava o fascínio por mulheres estrangeiras — ou por nacionais que apresentassem traços semelhantes —, abrindo espaço para melhores remunerações. Ao mesmo tempo, isso evidencia como raça, gênero e classe se entrelaçam na estruturação do mercado de trabalho sexual, revelando marcas históricas que condicionam parte da sociedade a posições precárias e subalternas herdadas do período escravagista.

Ademais, verifica-se como cada relação social de produção estabelecida durante o período combinava-se de maneira específica com o cenário externo e as potencialidades de acumulação internas, e como essa mesma lógica aplicada a outros setores também se fazia presente nas logísticas econômicas por trás da prostituição no período apontado.

Percebe-se como a atividade se insere em uma dinâmica histórica que continuamente reproduz um excedente estrutural de força de trabalho, excluindo sistematicamente populações marcadas por gênero, raça e classe. Da mesma forma, o caráter informal do mercado configura-se como um mecanismo de controle social herdado do período colonial, sendo também regulado pelo Estado, conforme seus interesses.

Ainda assim, o mercado da prostituição também se constituiu como um espaço de resistência: mulheres e outros sujeitos marginalizados encontraram nele meios de garantir autonomia econômica, fortalecer redes de apoio e disputar agenciamentos políticos.

Compreender essas dinâmicas é essencial para pensar políticas públicas eficazes, promover a autonomia das mulheres e avançar em estratégias de descolonização dos corpos (Barreto, 2023).

### **Considerações finais**

Este estudo evidenciou como os processos de territorialização das Amazônias estiveram diretamente ligados à conformação das relações de trabalho e às dinâmicas de exclusão que marcaram a inserção feminina na economia regional. Com base no conceito de corpo-território, demonstrou-se que a apropriação do espaço amazônico não se restringiu à exploração de recursos naturais, mas também envolveu a captura, regulação e racialização dos corpos que nele habitam.

O modelo econômico, baseado em ciclos intermitentes de extração e sustentado por lógicas exógenas, não apenas marginalizou populações nativas e negras, como também impôs limites aos corpos femininos, subordinando-os às exigências do capital e da ordem social dominante. A prostituição, nesse contexto, revela-se não como fenômeno marginal, mas como um mecanismo orgânico estruturante da reprodução social e territorial.

A aplicação da noção de corpo-território à análise da prostituição permitiu evidenciar como relações de poder foram inscritas materialmente nos corpos das mulheres, definindo sua posição tanto no mercado formal quanto informal: enquanto amazônicas e negras foram empurradas para formas mais precárias e violentas, mulheres brancas — especialmente estrangeiras — ocuparam posições de maior prestígio, refletindo a colonialidade que estrutura as regiões.

Ignorar as especificidades históricas e territoriais das Amazônias leva a diagnósticos imprecisos e políticas públicas ineficazes. Como argumentado, a prostituição não pode ser compreendida a partir de categorias homogêneas e descoladas da realidade local, mas sim a partir das estruturas de

exploração que historicamente organizaram a relação entre corpo, economia e território.

Assim, a análise revela a necessidade de políticas públicas territorializadas que reconheçam as especificidades da economia amazônica e combatam a vulnerabilidade das mulheres racializadas com estratégias interseccionais de acesso a direitos, renda e autonomia.

## Referências

- BARATA, M. *Formação Histórica do Pará*. Belém: UFPA, 1973
- BAENA, Antônio. *Compêndio das eras da província do Pará*. Belém: Secult; Imprensa Oficial do Estado, 2004
- BARRETO, Lourdes. *Putá autobiografia*. São Paulo: Claraboia, 2023
- BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 53, p. 71–86, 2005
- BHATTACHARYA, Tithi. Introduction: Mapping Social Reproduction Theory. In: BHATTACHARYA, Tithi. (org). *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression*. Londres: Pluto Press, 2017
- BONEFELD, Werner. Primitive accumulation and capitalist accumulation: notes on social constitution and expropriation. *Science & Society*, v. 75, n. 3, p. 379-399, 2011
- BRASIL. *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920: volume IV (1.ª parte)*. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1926. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6461.pdf>>. [Acesso em: 07/08/2025]
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de doutorado em Educação, USP. São Paulo, 2003
- CANO, Wilson. Amazônia: da crise à integração atípica e truncada. *América Latina en la historia económica*, v. 20, n. 2, p. 67–95, 2013
- CASTRO, Edna. *Belém de Águas e Ilhas*. Belém: Naea/UFPA, 2006
- CASTRO, Edna; CAMPOS, Índio. *Formação econômica e social da Amazônia: do colonialismo à globalização*. Belém: Naea/UFPA, 2015
- COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021
- CORREA, Luiz. *O Nascimento de uma Cidade: Manaus, 1890 a 1900*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas - Secretaria de Estado de Cultura, 2012
- COMERCIO DO AMAZONAS. Manaus, 21 de Dezembro de 1898. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=301337&pasta=ano%20189&pesq=1898&pagfis=1133>>. [Acesso 28/02/2025]
- CUNHA, Flávia; OLIVAR, José. O ordinário e o espetáculo no governo da fronteira: normatividades de gênero em Tabatinga. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 34, n. 101, p. 01-18, 2019
- ELIAS, Norbet. *O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes*. Volume I. Tradução de Ruy Yungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1990
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: A vontade do saber*. Volume I. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz & Terra, 2020
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004
- FURTADO, Fabrina; ANDRIOLLI, Carmen. Mulheres atingidas por megaprojetos em tempos de pandemia: conflitos e resistências. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 29, n. 1, p. 66–93, 2021
- GOMES, Denise. *Cotidiano e Poder na Amazônia Pré-Colonial*. São Paulo: Edusp, 2015
- HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton et al. (orgs). *Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

- HAZEU, Marcel; FIGUEIREDE, Danielle. Tráfico de seres humanos entre países pobres: República Dominicana, Brasil e Suriname. *Ser Social (UnB)*, v. 18, p. 209- 229, 2006
- HOFMANN, Susanne; DUARTE, Melisa. Gender and natural resource extraction in Latin America: Feminist engagements with geopolitical positionality. *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, n. 111, p. 39-63, 2021
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014
- MARIALVA, Esmeralda et al. A rede de exploração sexual durante a *belle époque* manauara. In: *Congresso Internacional de Relações Internacionais do Amazonas. Anais do Congresso Internacional de Relações Internacionais do Amazonas*. Manaus: Faculdade La Salle Manaus, 2023
- MARQUES, Adriana. *Amazônia: pensamento e presença militar*. Tese de doutorado em Ciência Política, FFLCH-USP. São Paulo, 2007
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Tradução de Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011
- MONDARDO, Marcos. *O Corpo enquanto "Primeiro" Território de Dominação: o biopoder e a sociedade de controle*. 2009. Disponível em: <<https://www.bocc.ubi.pt/texts/mondardo-marcos-o-corpo.pdf>>. [Acesso em 17/03/2014]
- MORAIS, Geási. *Determinants of female participation in labor market Amazon*. Dissertação de mestrado em desenvolvimento econômico e políticas públicas, IPPDS-UFV. Viçosa, 2012
- NOGUEIRA, Ana Cláudia F.; ANJOS, José Carlos G. Colonialismo interno: domínio e exploração da Amazônia Brasileira até o fim do regime militar. *XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima. Acta Académica*, p. 319-338, 2019
- ORUM, Thomas T. As Mulheres das Portas Abertas: judias no submundo da Belle Époque amazônica, 1890-1920. *Revista Estudos Amazônicos*, v. VII, n. 1, p. 1-23, 2012
- PERES, William; TOLEDO, Lívia. Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. *Revista. Psicologia Política*, v. 11, n. 22, p. 261-277, 2011
- PINHEIRO, Maria Luiza U. O espelho francês na "Paris das selvas". In: VIDAL, Laurent; LUCA, Tania (org.). *Franceses no Brasil: séculos XIX-XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2009
- PINHEIRO, Maria Luiza U. Mulheres Portuguesas na Belle Époque Manauara, 1880-1920. In: MENEZES, Lená; SOUZA, Fernando (org.). *Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico. Múltiplos Olhares sobre a El Imigração*. Rio de Janeiro: Eduerj, Faperj, 2017
- PINHEIRO, Maria Luiza U. *Folhas do Norte. Letramento e periodismo no Amazonas, 1880- 1920*. Manaus: Edua, 2015
- PORTO, Valdirene. *Imprensa, imigração, trabalho e sociabilidades femininas na Belle Époque Manauara, 1880-1920*. Dissertação de Mestrado em História, ICHL-UFAM. Manaus, 2016
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia, Amazônias*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000
- PRONI, Marcelo; GOMES, Darcilei. Problemas crônicos do mercado de trabalho no Brasil: diferenças regionais, 2014-2019. In: LEONE, Eugenia; PRONI, Marcelo (orgs). *Facetas do Trabalho no Brasil Contemporâneo*. Curitiba: CRV, 2021
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000
- RAIOL, Domingos. *Motins políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: Edufpa, 1970

- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993
- RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008
- REIS, Arthur. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006
- SANTOS JR., Paulo. Pobreza e prostituição na *belle époque* manauara: 1890-1917. *Revista de História Regional*, v. 10, n. 2, p. 87-108, 2007
- SANTOS JR., Paulo. Das “polacas” e “francesinhas” às “regateiras” e “decantadas”: crítica ao imaginário e historiografia da prostituição da Manaus da Borracha. *Revista Brasileira De História & Ciências Sociais*, v. 11, n. 22, p. 38–58, 2020
- SILVA, Alberto. *Evolução e Tendência da Atividade Garimpeira de Ouro*. Cuiabá, Seminário Garimpos de Ouro: Evolução e Tendências, 1994
- STELLA, Thomas Henrique T. *A integração econômica da Amazônia*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico, IE/Unicamp, Campinas, 2009
- SVAMPA, Maristella. *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias*. Guadalajara: CALAS, 2019
- TAVARES, Maria. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. *Geosp Espaço e Tempo*, v. 15, n. 2, p. 107-121, 2011
- VEIGA, Marcello; SILVA, Alberto; HINTON, Jennifer. O garimpo de ouro na Amazônia: aspectos tecnológicos, ambientais e sociais. In: TRINDADE, Roberto; BARBOSA FILHO, Olavo. *Extração de ouro: princípios, tecnologia e meio ambiente*. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2002
- WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta, uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999